

# A fundação de Alenquer (\*)

TEXTO DE  
LUIZ ISMAELINO VALENTE



Logo depois de fundada a cidade de Belém, em 1616, e uma vez criada a Capitania-Geral do Grão-Pará e Maranhão, tornou-se necessário iniciar a efetiva ocupação da riquíssima região mais a Oeste (que hoje corresponde aos Estados do Pará e do Amazonas). Ao lado das expedições militares, a catequese dos indígenas foi de suma importância para a posse definitiva desse vastíssimo território, como bem acentuou o historiador João de Palma Muniz no seu relatório sobre a Delimitação Óbidos-Alenquer apresentado ao governador Antonino Emiliano de Sousa Castro, em 1923 (p. 5).

Na história do Brasil, quando se fala ou se escreve sobre as missões religiosas, destaca-se sempre em primeiro lugar o trabalho dos padres da Companhia de Jesus, os jesuítas, como Manoel da Nóbrega, José de Anchieta, Antônio Vieira, Philippe Bettendorf e outros tantos que, realmente, muito fizeram pelos seus protegidos, os índios brasileiros.

Mas não se pode ignorar que os franciscanos foram os primeiros sacerdotes que pisaram o solo brasileiro e também os primeiros religiosos a pregarem o Evangelho nas vastas florestas virgens da Amazônia. A história das missões franciscanas na bacia amazônica começa, de fato, com a jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco e, nos primeiros anos, a presença desses religiosos está mais ligada à fundação e à história de Belém.

Numa primeira fase, chegaram ao Grão-Pará, vindos de Portugal, em 1616, ou 1617, os franciscanos da Província de Santo Antônio. Mais tarde, em 1692, ou 1693, vieram os franciscanos da Província de Nossa Senhora da Piedade, que se localizaram especialmente no baixo Amazonas. E, numa terceira etapa, já por volta de 1706, também aportaram na região os padres franciscanos da Província de Nossa Senhora da Conceição, conhecidos como os Antoninhos da Conceição da Beira e Minho.

Na verdade, a Metrópole portuguesa – conforme relata Palma Muniz – no intuito de regularizar a entrada desses religiosos na bacia amazônica, estabeleceu uma espécie de divisão do respectivo território, para melhor aproveitar o esforço catequista, e, assim, foi reservada aos

frades capuchos da Província de Nossa Senhora da Piedade “grande parte da margem esquerda do Rio Amazonas” (op. cit., 6).

O sistema de catequese dos franciscanos na bacia amazônica era o de aldeamentos, baseados quase sempre no descimento ou descida dos índios para lugares sob a proteção dos religiosos – chamados missões –, com a finalidade precípua de resgatar os nativos escravizados pelos colonos portugueses ou aprisionados por tribos rivais. Isso, naturalmente, deu causa a inúmeros conflitos entre os colonos portugueses e os religiosos, que culminaram, mais tarde, com a expulsão dos catequistas da região.

Em fins do século XVII, os capuchos da Província de Nossa Senhora da Piedade já haviam fundado, na região do baixo Amazonas, uma missão à margem esquerda do Rio Amazonas, no Lago do Arapucú, meia hora acima da parte mais estreita do grande rio (a sua “garganta”, com apenas 1.892 metros entre uma margem e outra), aí concentrando os índios Pauxis, donde a denominação de Aldeia dos Pauxis ou Aldeinha. Por essa mesma época, os mesmos capuchos fundaram a missão do Curuá, reunindo os índios Barés ou Abarés, à margem esquerda do rio Curuá, pouco acima de sua foz.

Fulgêncio Firmino Simões, o notável historiador alenquerense, em sua magnífica obra *O Município de Alenquer – Seu Desenvolvimento Moral e Material e seu Futuro – Estudos históricos e geográficos* (editado pela Livraria Loyola, de Belém, em 1908), assim como João de Palma Muniz, no seu relatório supra citado sobre os limites entre Alenquer e Óbidos, e, sem querer ombrear-me com tão ilustres vultos, eu próprio, em textos que escrevi em idade juvenil, todos nós confundimos, inadvertidamente, como muitos outros pesquisadores, os capuchos da Província de Nossa Senhora da Piedade com os capuchinhos.

Na verdade, como elucida um documento oficial da Cúria Prelática de Santarém, “naqueles tempos, os padres franciscanos foram chamados de capuchos e assim são citados nos documentos, razão porque, muitas vezes, historiadores modernos, enganadamente, os tomam pelos capuchinhos de hoje, os quais, por sua vez, outrora eram denominados barbadinhos” (v. *Cinqüentenário da Prelazia de Santarém*, editado em 1953, p. 12). Os fundadores da missão do Curuá foram, portanto, os capuchos da Província de Nossa Senhora da Piedade, e não os capuchinhos.

As fundações das missões de Pauxís e do Curuá ocorreram provavelmente entre os anos de 1692, ou 1693, data da chegada dos franciscanos de Nossa Senhora da Piedade à bacia amazônica, e o ano de 1697, quando o português Manoel da Motta e Siqueira, que acabara de construir o Forte do Tapajós (Santarém), iniciou, por ordens expressas do governador do Grão-Pará e Maranhão, Capitão-General Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, a construção de um outro forte, na angustura do Rio Amazonas, que recebeu o nome de Forte dos Pauxis, em torno do qual foram se agregando os índios aldeados pelos capuchos no Lago do Arapucú, dando origem à atual cidade de Óbidos.

Segundo Fulgêncio Simões, ao reunirem, na margem esquerda do Rio Curuá, os índios Barés ou Abarés, formando a missão do Curuá, os capuchos da Província de Nossa Senhora da Piedade batizaram o novo aldeamento com o nome de Arcozellos – “que é o de uma localidade portuguesa, d’onde talvez fosse natural o chefe ou algum dos ditos capuchinhos” (op. cit., p. 14).

Documentos históricos melhor esclarecem, entretanto, que a denominação de Arcozellos somente foi dada à missão do Curuá ou aldeia dos Barés ou Abarés cerca de sessenta anos mais tarde, em 1758, quando o então governador do Grão-Pará, o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como veremos em outro capítulo, implementou o projeto do seu irmão, o Marquês de Pombal, ministro do Rei Dom José I, de “transformar a Amazônia em outro Portugal, substituindo-lhe os bárbaros nomes nativos por outros da velha toponímia lusitana”, como escreveu Paulo Rodrigues dos Santos em seu notável *Tupaiulândia* (3ª edição, especial, ilustrada, de 1999, comemorativa dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, p. 135).

E tanto isso é verdade que o verdadeiro e primitivo nome da aldeia dos Barés ou Abarés ficou indelevelmente perpetuado na denominação de um pequeno canal que liga o rio Curuá ao rio Macurá, que, segundo o próprio Fulgêncio Simões (op. cit., p. 14, nota 8), “foi mandado fazer pelos frades”, e que existe até hoje – o chamado furo do Baré.

A região da missão do Curuá em nada se assemelhava à imagem de um Eldorado incrustado no coração da Amazônia. Muito pelo contrário, caracterizava-se pelas “dificuldades de comunicação, aumentadas, no tempo do verão, pela deficiência de água nos dois

estreitos canais da boca do rio Curuá, aliadas às endemias de sezões ali reinantes” (Simões, op. cit., p. 14).

A todas essas vicissitudes somavam-se ainda os constantes conflitos, cada vez mais violentos, entre os colonos do vizinho Forte dos Pauxis e os religiosos do Curuá, cujos interesses colocavam-se em campos diametralmente opostos, pois os colonos utilizavam o trabalho dos índios em situação análoga à de escravos, tratando-os como meros “animais de carga”, enquanto que os capuchos empenhavam-se em livrar os gentios de tamanha exploração.

Valiam-se, então, os religiosos, dos chamados descimentos ou descida de índios para lugares mais remotos, onde os portugueses não os pudessem capturar com facilidade. Foi com esse preciso escopo que os capuchos do Curuá promoveram, já nos primórdios do século XVIII, o descimento dos Barés ou Abarés, da missão do Curuá, e de índios do Rio Trombetas, para “o local sadio e farto” (na feliz expressão de Fulgêncio Simões) situado à margem do rio Surubiú, bem na sua confluência com o Igarapé Itacarará, que nele deságua, onde fundaram a missão do Surubiú ou Surubiju, que deu origem à atual cidade de Alenquer.

Observa-se que, nessa época, pensava-se que o Surubiú fosse um lago. Esse equívoco persistiria por muito tempo e nele incidiriam até mesmo cientistas do porte de Spix e Von Martius, historiadores de renome como Antônio Ladislau Monteiro Baena, no seu Ensaio Corográfico sobre o Pará, e escritores consagrados como Francisco Gomes de Amorim, o bardo lusitano que viveu parte de sua juventude no Lago do Curumú, registrou esse fato no seu livro de poemas Cantos Matutinos (1858) e valeu-se da paisagem paradisíaca desse lago como cenário da sua mais famosa peça teatral, O Cedro Vermelho (1856).

O descimento dos índios para a formação de novas povoações era considerado um crime contra os interesses da Coroa portuguesa e a descida que resultou na fundação da missão do Surubiú foi denunciada ao Rei de Portugal pelo governador do Grão-Pará e Maranhão, Capitão-General Alexandre de Souza Freyre, por ofício de 3 de outubro de 1729, como “um ato criminoso e desrespeito às ordens reais”, o que levou Dom João VI a editar a Carta Régia de 17 de maio de 1730, ordenando ao governador que mandasse de volta para o Reino os catequistas.

Literalmente, nessa famosa Carta Régia (transcrita às páginas 303 e 304 do Tomo III dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará) lia-se a acusação de que “... todos esses Missionários se ocupam em fazer descimentos para os lugares mais desviados do concurso das canoas, como foi uma que povoaram no Lago do Surubiô baixando os índios do Rio das Trombetas distante do mesmo Lago de que os índios não tinham notícia para pedir aquele sítio para aldear-se (...)”.

Infelizmente, os documentos históricos conhecidos não registram o ano exato em que se deu o descimento para a missão do Surubiú. Fulgêncio Simões, com base no trecho acima transcrito da Carta Régia de 1730, e “atendendo à prontidão com que eram comunicados à metrópole os mais insignificantes acontecimentos”, é de opinião que a descida dos Barés ou Abarés e de índios do Rio Trombetas para fundar a nova povoação “teve lugar em 1729”, e aventava ainda que, “sendo certo que os missionários escolhiam para patrono das aldeias os santos do dia em que as fundavam, pode-se inferir que Alenquer foi fundada a 13 de junho desse ano de 1729, dia de Santo Antônio, que os mesmos missionários escolheram e ainda é o orago da localidade” (op. cit., p. 16).

Sem embargo do arguto raciocínio do grande historiador chimango, a verdade é que nem a Carta Régia de 1730 e nem o ofício de 3 de outubro de 1729 revelam, com exatidão, o ano em que os capuchos do Curuá promoveram o descimento dos índios para fundarem a missão do Surubiú. Por outro lado, no documentário sobre o cinqüentenário da Prelazia de Santarém, que constitui uma excelente e minudente fonte de informação sobre o trabalho dos religiosos franciscanos na bacia amazônica, lê-se que, “no relatório das missões do Pará de 1720, já figura o nome da missão de Surubiju”, e que “como padroeiro da missão foi escolhido Santo Antônio, ao qual também foi dedicada a igreja” (Cinqüentenário da Prelazia de Santarém, p. 44).

Concordo inteiramente com Fulgêncio Simões quanto ao dia da fundação de Alenquer. É quase certo que isso tenha se efetivado num 13 de junho, dia consagrado a Santo Antônio, seu padroeiro desde sempre. Mas, quanto ao ano, o mais provável é que esse evento tenha se verificado bem antes de 1729, ano que a maioria dos alenquerenses, confiando nos ensinamentos do seu grande historiador, acredita ser o da fundação da sua querida cidade, muito embora tudo leve a crer que esse

foi apenas o ano em que o Capitão-General Alexandre de Souza Freyre expediu o ofício ao Rei de Portugal, denunciando o “ato criminoso” imputado aos missionários, e não, necessariamente, o ano em que o fato efetivamente ocorreu. De qualquer modo, bendito foi esse “ato criminoso”, do qual se originou a pequenina Alenquer, mais tarde retratada, num verso do Padre Manuel Albuquerque, como – “Um sorriso de Deus feito cidade”.

---

(\*) Transcrito do livro (inédito): *Alenquer, um sorriso de Deus feito cidade* do autor deste texto.

